

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo SGPe Udesc nº12841/2024

CENTRO LICITANTE

Coordenadoria de Licitações e Compras da Reitoria

1. OBJETO

Aquisição de certificado digital A1 e A3, pessoa física e jurídica com armazenamento em máquina, token ou nuvem, para atender às necessidades da Reitoria e dos Campi da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

1.1. Especificações e quantidades

Especificações conforme item 6 deste termo de referência.

Quantidades conforme planilha e arquivo pdf. anexos neste SGPe

1.2. Da natureza do objeto

☒ Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 2.355, de 16 de dezembro de 2022

☒ Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Os gestores da UDESC fazem uso de certificados digitais para assinar os mais diversos tipos de documentos desde termos de convênio público e privados até notas de empenho bem como acessar sistemas informatizados. A contratação visa suprir a demanda de novas emissões e a renovação das existentes.

A assinatura digital permite que um certificado digital, emitido por uma autoridade certificadora, e por uma chave privada, que é utilizada pelo dono da assinatura para assinar os documentos digitais. A chave atesta eletronicamente que a pessoa (CPF) ou empresa (CNPJ) dona dessa chave assinou o documento digitalmente. Por isso, é uma maneira segura e legal para assinar documentos digitais de qualquer lugar, em qualquer momento, o que dentre as vantagens deste serviço, o aumento de produtividade, a economia de tempo, o maior grau de segurança, pois os arquivos são criptografados para conferir segurança às assinaturas eletrônicas, Garantia de validade jurídica, pois a assinatura eletrônica de documentos também deixa rastros detalhados das movimentações — quem assinou, em que data e a partir de que IP, por exemplo, e assim, esse registro facilita auditorias e dificulta a consolidação de qualquer tipo de fraude.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

☒ Sim

☐ Não

3.1.1 Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços:

☒ quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência

☐ quando for conveniente a compra de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

☒ quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.

3.1.2 Vigência da Ata de Registro de Preços:

☒ Prazo de um ano, podendo ser prorrogado por igual período;

☐ Prazo de um ano, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

☒ Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para ME/EPP).

☐ Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para ME/EPP).

☐ Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível (com cota para ME/EPP).

() Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível, porém não sendo aplicável tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por não ser mais vantajoso para a administração pública.

Justificativa:

Em virtude do valor, aplica-se exclusividade desta licitação para participação de ME ou EPP.

3.3. Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?

- () Vistoria obrigatória ou declaração de que conhece as condições do local
() Vistoria facultativa
(X) Não será exigida vistoria.

Justificativa:

Unidade responsável pelo agendamento da vistoria:
Telefone e email para agendamento da vistoria:

3.4. Será admitida a participação de consórcios?

- (X) Não
() Sim

Justificativa:

A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

3.5. Será admitida a participação de cooperativas?

- (X) Não
() Sim

3.6. Será admitida a subcontratação?

- (X) Não
() Sim

3.7. Do agrupamento de itens em lotes

A aquisição/contratação se dará em lotes?

- () Não
(X) Sim

Justificativa:

Esta licitação é composta de uma solução que melhor venha atender as demandas de administração da Udesc, tendo a realização por lote, potencial para atrair interessados em fornecer todos os itens, pois em razão da quantidade demandada, para alguns destes itens, torna-se desinteressante para as licitantes e tendo a licitação em lotes, tendo mais interessados disputando a contratação o preço a ser pago pela Udesc, tende a baixar, sendo assim mais vantajosa a aglutinação dos itens em um único lote. Além disto,

todas as empresas certificadoras, executam todos os serviços relacionados nos 4 itens demandados pela Udesc, o que não restringe a concorrência.

3.8. Será admitida adesão à ARP por órgãos não participantes?

- () Não
(X) Sim

Justificativa:

Abre-se a possibilidade para outros órgãos fazer a contratação de acordo com sua demanda, caso considerem vantajosos os valores registrados nesta licitação, sem que precisem realizar uma licitação própria, demandando tempo e recursos públicos.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

- (X) Não
() Sim

Se sim, quais?

4.2. Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

- (X) Não
() Sim
() A critério da equipe técnica
sim ou a critério da equipe técnica:

Prazo para apresentação: _____

Quantidade de amostras: _____

Unidade técnica responsável pela análise das amostras: _____

Local de entrega das amostras:

4.3. Será exigida prova de conceito?

- (X) Não
() Sim

4.4. Será exigida carta de solidariedade?

- (X) Não
() Sim

Se sim, justificativa:

4.5. Será exigida garantia de proposta?

- (X) Não
() Sim

sim, justificativa:

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

- (X) Cadastro de fornecedor no Estado de Santa Catarina (CCF).

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. LOCAL E ENDEREÇO DE ENTREGA DO TOKEN, QUANDO DA FORMA REMOTA:

6.1.1 CAMPUS I – GRANDE FLORIANÓPOLIS:

6.1.1.1 Reitoria

Av. Madre Benvenuta, 2007 e 2080, Itacorubi, Florianópolis/SC CEP 88035-001.

6.1.1.2 ESAG - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas:

Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis/SC CEP 88035-001.

6.1.1.3 CEART - Centro de Artes:

Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis/SC CEP 88035-001.

6.1.1.4 CEAD - Centro de Educação a Distância:

Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi – Florianópolis/SC CEP 88035-001.

6.1.1.5 FAED - Centro de Ciências da Educação:

Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi – Florianópolis/SC CEP 88035-001.

6.1.1.6 CEFID – Centro de Ciências da Saúde e do Esporte:

Rua Pascoal Simone, 358, Coqueiros, Florianópolis/SC CEP 88080-350.

6.1.2 CAMPUS II – Norte Catarinense:

6.1.2.1 CCT - Centro de Ciências Tecnológicas:

Rua Paulo Malschitzki, Zona Industrial Norte – Joinville/SC CEP 89219-710.

6.1.2.2 CEPLAN - Centro de Educação do Planalto Norte:

Rua Luiz Fernando Hastreiter, 180, Centenário – São Bento do Sul/SC CEP 89283-081.

6.1.3 CAMPUS III - Planalto Serrano:

6.1.3.1 CAV - Centro de Ciências Agroveterinárias

Av Luiz de Camões, 2090, Conta Dinheiro – Lages/SC CEP 88520-000.

6.1.4 CAMPUS IV- Oeste Catarinense

6.1.4.1 CEO – Centro de Educação Superior do Oeste:

Chapecó 1 (Zootecnia/ Administrativo):

Rua Beloni Trombeta Zanin, 680E, Santo Antônio – Chapecó/SC CEP 89815-630.

Chapecó 2 (Enfermagem):

Rua Sete de Setembro, 91D, Centro – Chapecó/SC CEP 89801-140.

Pinhalzinho 1 (Sede):

Rod. BR-282, Km 573, Linha Santa Terezinha – Pinhalzinho/SC CEP 89870-000.

Pinhalzinho 2 (Usinas):

Rod. SC 160, Km 68, saída para Saudades – Pinhalzinho/SC CEP 89870-000.

6.1.5 CAMPUS V - VALE DO ITAJAÍ:

6.1.5.1 CEAVI – Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí:

Rua Dr. Getúlio Vargas, 2822, Bela Vista – Ibirama/SC CEP 89140-000.

6.1.5.2 CESFI - Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí:

Ed. Alcides Abreu - Av. Alameda Lourival Cesário Pereira s/n, Nova Esperança – Balneário Camboriú/SC CEP 88336-275.

6.1.6 CAMPUS VI - SUL CATARINENSE:

6.1.6.1 CERES – Centro de Educação Superior da Região Sul:

Rua Cel. Fernandes Martins, 270, Progresso, Laguna/SC CEP 88790-000.

6.1.7 CAMPUS VI – MEIO OESTE:

6.1.7.1 CESMO – Centro de Educação Superior do Meio Oeste:

Rua Carlos Coelho de Souza, 120, Bairro DER, Caçador/SC CEP 89506-030

6.2 PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

6.2.1. A Contratada receberá por e-mail o empenho e contrato/AF. O prazo de entrega dos materiais e/ou serviços constantes nas solicitações, **emitidas somente pelo fiscal do contrato**, será de até 07 (sete) dias após sua solicitação formal, para entrega do material/serviço.

6.2.2. As demandas da Udesc serão informadas à contratada. **somente pelo fiscal do contrato**, através de e-mail institucional, ou via sistema próprio, a partir do qual começará a contar o prazo para entrega dos

materiais. **Não serão pagas as emissões de certificados sem que sejam feitas formalmente pelo fiscal do contrato ou AF;**

6.2.3. As solicitações serão expedidas somente pelo Fiscal do Contrato ou substituto legal, discriminando os certificados a serem adquiridos, fornecendo os dados do objeto e a quantidade desejada.

6.2.4. As solicitações só poderão ser atendidas se houver saldo do item no contrato ou AF vigente.

6.2.5. Os Contratos/AFs podem ter a entrega parcelada, conforme a necessidade do Centro, mediante solicitação formal do fiscal do contrato.

6.2.6. Os produtos deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor;

6.2.7. O prazo de validade será, a contar da emissão do certificado digital: **1) CERTIFICADO E-CPF A3 COM TOKEN (36 MESES); 2) CERTIFICADO E-CPF EM NUVEM (36 MESES); 3. CERTIFICADO E-CNPJ A1 (12 MESES); 4. CERTIFICADO E-CNPJ A3 COM TOKEN (36 MESES);**

6.2.8. A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros.

6.2.9. A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de validade do produto, proceder a análise técnica e de qualidade do mesmo, através de Parecer Técnico, realizado diretamente ou por intermédio de terceiros.

6.2.10. Caso o Parecer Técnico rejeite o produto analisado este deverá ser substituído imediatamente pela Contratada, sem qualquer ônus para a Contratante.

6.2.11. A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação dos produtos ofertados, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o(s) produto(s) em que se verificar(em) vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, respondendo por todos os custos.

6.2.12. O aceite dos produtos pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no Art. 18 da Lei Federal 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

6.3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

ITEM 01 – CERTIFICADO E-CPF A3 COM TOKEN (36 MESES)

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – CERTIFICADO E-CPF A3 COM TOKEN (36 MESES)

1. Nível: A3;
2. Tipo: e-CPF (pessoa física);
3. Mídia criptográfica: Token USB, a ser fornecido junto com o certificado;
4. Validade: 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de emissão definitiva do certificado.

ITEM 02 – CERTIFICADO E-CPF EM NUVEM (36 MESES)

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – CERTIFICADO E-CPF EM NUVEM (36 MESES)

1. Nível: em nuvem;
2. Tipo: e-CPF (pessoa física);
3. Validade: 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de emissão definitiva do certificado.
4. A geração de apenas um certificado digital em nuvem deve permitir a utilização em múltiplos dispositivos móveis à escolha através de aplicativo próprio;
5. O certificado em nuvem deve:
 1. permitir autorizar uma solicitação de assinatura de forma remota;
 2. permitir gerenciar (autorizar e revogar autorização) de dispositivos autorizados a solicitar assinaturas;
 3. permitir assinar documentos com o celular ou tablet;
 4. permitir exibir histórico de uso, possibilitando rastrear os acessos realizados com o certificado;

5. As funcionalidades não devem possuir custos adicionais ou necessidade de assinatura de serviço complementar.
6. Compatibilidade: Android ou IOS.

ITEM 03 – CERTIFICADO E-CNPJ A1 (12 MESES)

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – CERTIFICADO E-CNPJ A1 (12 MESES)

1. Nível: A1;
2. Tipo: e-CNPJ (pessoa jurídica);
3. Mídia criptográfica: arquivo a ser instalado em computador;
4. Validade: 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão definitiva do certificado.

ITEM 04 – CERTIFICADO E-CNPJ A3 COM TOKEN (36 MESES)

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – CERTIFICADO E-CNPJ A3 COM TOKEN (36 MESES)

1. Nível: A3;
2. Tipo: e-CNPJ (pessoa jurídica);
3. Mídia criptográfica: Token USB, a ser fornecido junto com o certificado;
4. Validade: 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de emissão definitiva do certificado..

6.4 CONDIÇÕES GERAIS DOS CERTIFICADOS DIGITAIS

- 6.4.1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;
- 6.4.2. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- 6.4.3. Todos os certificados deverão ser emitidos sob a hierarquia V2;
- 6.4.4. Deverá permitir (mas não restrito somente a):
 - 6.4.4.1. Acesso e Assinatura de documentos em sistemas Federais que permitam o uso de certificados digitais ICP-Brasil;
 - 6.4.4.2. Acesso e Assinatura de documentos em sistemas Estaduais, principalmente, do Estado de Santa Catarina, que permitam o uso de certificados digitais ICP-Brasil;
 - 6.4.4.3. Acesso e Assinatura de documentos em sistemas Municipais que permitam o uso de certificados digitais ICP-Brasil;
 - 6.4.4.4. Assinatura de documentos em geral através de ferramentas gratuitas ou pagas compatíveis com ICP-Brasil (Adobe, por exemplo);
 - 6.4.4.5. Acesso ao Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte - e-CAC;
 - 6.4.4.6. Consulta e acompanhamento da Situação Fiscal das Pessoas Físicas e Jurídicas com o e-CPF do responsável legal perante a Receita Federal;
- Ratificação dos DARFs recolhidos com dados errados e obtenção de cópias dos documentos recolhidos desde 1993;
- 6.4.4.7. Obtenção de cópias de Declarações do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (DIPJs e PJs), de Declaração de Créditos e Débitos de Tributos Federais - DCTFs e Declaração de Contribuições Sociais - DACONS;
- 6.4.4.8. Obtenção de cópias de Declarações do Imposto de Renda de Pessoas Físicas;
- 6.4.4.9. Elaboração de Procurações Eletrônicas;
- 6.4.4.10. Parcelamento eletrônico on-line de débitos Pessoas Físicas e Jurídicas;
- 6.4.4.11. Agendamento eletrônico das Pessoas Físicas e Jurídicas, para atendimento no balcão do e-CAC;
- 6.4.4.12. Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED;
- 6.4.4.13. Apresentação de assinatura e reconhecimento de firma em cartórios;
- 6.4.4.14. Envio eletrônico de documentos referentes a processos que tramitam nas Varas do Trabalho dos 24 TRTs e no TST, através da Internet, sem a necessidade da apresentação posterior dos documentos originais;
- 6.4.4.15. Serviços Cartoriais Eletrônicos;
- 6.4.4.16. Acesso à Conectividade Social para FGTS;

6.5 CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- 6.5.1 A emissão dos certificados deverão ser realizadas de 02 (duas) formas:

a) **Remota – (regra)** através de videoconferência ou vídeo chamada, previamente agendada com o titular ou responsável legal do certificado digital a ser emitido, obedecendo aos critérios necessários e obrigatórios para que essa emissão possa ser realizada nesse formato. Entrega de material – até 07 (sete) dias no setor de protocolo da unidade (Reitoria ou Centro de Ensino) do servidor requisitante;

b) **Presencial – (exceção prevista neste termo de referência)** para atender demandas de caráter de urgência – na unidade da contratada ou sua representante, no município de Florianópolis. Entrega de material – no momento da emissão do certificado digital, ao servidor requisitante. O endereço onde a contratada atenderá as solicitações presenciais, em Florianópolis, deve ser informada, por escrito no momento da assinatura a Ata de Registro de Preços.

6.5.2 Os tokens deverão ser novos devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, bem como com as informações exigidas na legislação em vigor.

6.5.3 Por motivos de segurança, deve ser gerado um PUK único para cada token, que ficará sob gestão da contratada e será fornecido somente ao fiscal do contrato. Fica proibido a utilização do mesmo PUK para todos os tokens.

6.6. Bens perecíveis

(☒) Não

(☐) Sim

6.7. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a 5% do valor total do contrato?

(☒) Não

(☐) Sim

6.8. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

(☐) Não

(☒) Sim

sim, observar as condições:

6.8.1 GARANTIAS E SUPORTE TÉCNICO

6.8.1.1 Garantia de correção e atualização, motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes ICP-Brasil, pelo período de validade do certificado, contados a partir da data da emissão definitiva do certificado. Caso a correção ou atualização exija emissão de novo certificado, a contratada deverá realizar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para a contratante;

6.8.1.2 A incidência de problemas em mais de 10% (dez por cento) dos tokens será considerado baixa qualidade, e será solicitada a substituição de todos os produtos. Exceto quando:

- o problema for proveniente de ambiente inadequado, onde se encontram atualmente instalados os equipamentos, assim como: energia elétrica, temperatura, umidade relativa do ar e aterramento fora dos padrões estabelecidos pelo fabricante;
- avarias nos equipamentos provenientes de negligências, imprudências, imperícias e uso inadequado do mesmo pela CONTRATANTE, incluindo seu uso para fins diferentes daqueles para o qual foram projetados;
- avarias nos equipamentos, causadas por anormalidades climáticas e/ou atmosféricas, agentes externos (quedas de objetos/líquidos), roubo, incêndio, sabotagem, e outros casos fortuitos ou de força maior ou ainda por serviços realizados por terceiros não autorizados pela CONTRATADA.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

a) Na emissão das Notas Fiscais e DANFES só poderão ser agrupados na mesma nota os itens que possuírem o mesmo detalhamento orçamentário (mesmo empenho), constante na planilha de especificações.

b) Na emissão das Notas Fiscais e DANFES deverá ser informado o número do empenho

- c) Será de exclusiva responsabilidade da Contratada tudo quanto concorrerem à perfeita execução do Contrato tais como: frete e entrega nos locais especificados neste memorial, fornecimento de materiais e acessórios, transportes de materiais, fornecimento de mão-de-obra especializada para entrega dos materiais, recolhimento de impostos e contribuições, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais itens pertinentes, direta e indiretamente necessários à perfeita execução contratual
- d) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- e) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- f) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- g) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- h) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- i) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- j) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- k) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- l) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- m) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- n) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- o) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- p) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- q) realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

7.1 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação.

8. DO CONTRATO

- () Somente por assinatura de contrato
- () Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica
- (X) Autorização de Fornecimento
- () Outro. _____

6.1. VIGÊNCIA

- (X) O prazo de vigência da contratação é de sua assinatura até o encerramento dos créditos orçamentários do ano de sua emissão.
- () O prazo de vigência da contratação é de (12 meses ou o máximo de 5 anos) contados da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- () O fornecimento de bens/prestação dos serviços é enquadrado como continuado tendo em vista que há prejuízos se houver a não continuidade dos mesmos para as atividades da Administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

8.1. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: Setor de Contratos da Reitoria da UDESC

E-mail: contratos@udesc.br

Responsável técnico e fiscal de contrato:

Nome: Marcos Vinicius Linhares

E-mail: marcos.linhares@udesc.br

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 Prazos

Prazo de troca de bens rejeitados: até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de notificação;

Prazo de recebimento definitivo do objeto: 10 (dez) dias corridos.

Prazo de liquidação do documento fiscal: em até 30 dias conforme edital.

Prazo de pagamento: em até 30 dias conforme edital.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta da dotação:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza	Fonte
UDESC			

11. DO VALOR ESTIMADO

O valor máximo estimado será de **R\$25.722,75 (vinte e cinco mil, setecentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos)**.

12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Não há.

13. INDICAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS

Nome: Marcos Vinicius Linhares

E-mail: marcos.linhares@udesc.br

Telefone institucional: (48) 3664-8138

14. INDICAÇÃO E ASSINATURA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELA CONFEÇÃO DO PRESENTE TERMP

Nome Marcos Vinicius Linhares

Matrícula: 312772-9-02

Função: Secretário de Tecnologia de Informação e Comunicação – SETIC

(Assinado Digitalmente)

15. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

APROVO O Termo de referência e a realização de processo licitatório conforme acima especificado, por intermédio da Coordenadoria de Compras e Licitações da Reitoria.

JOSÉ FERNANDO FRAGALLI
REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Assinaturas do documento



Código para verificação: **F53SV4R1**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DIVONZIR ANDERSON NAVROTSKI (CPF: 027.XXX.339-XX) em 03/05/2024 às 11:45:09

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:42:52 e válido até 30/03/2118 - 12:42:52.

(Assinatura do sistema)



MARCOS VINICIUS LINHARES (CPF: 785.XXX.171-XX) em 03/05/2024 às 12:58:43

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:35:15 e válido até 30/03/2118 - 12:35:15.

(Assinatura do sistema)



JOSE FERNANDO FRAGALLI (CPF: 030.XXX.838-XX) em 13/05/2024 às 17:07:53

Emitido por: "AC ONLINE RFB v5", emitido em 10/04/2024 - 12:34:06 e válido até 10/04/2027 - 12:34:06.

(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTlwMjJfMDAwMTI4MTdfMTI4NDVfMjAyNF9GNTNTVjRSMQ==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00012817/2024** e o código **F53SV4R1** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.